

**FIEA** Federação das  
Indústrias do Estado  
de Alagoas

**IEL** Instituto  
Euvaldo  
Lodi

# PANORAMA ECONÔMICO

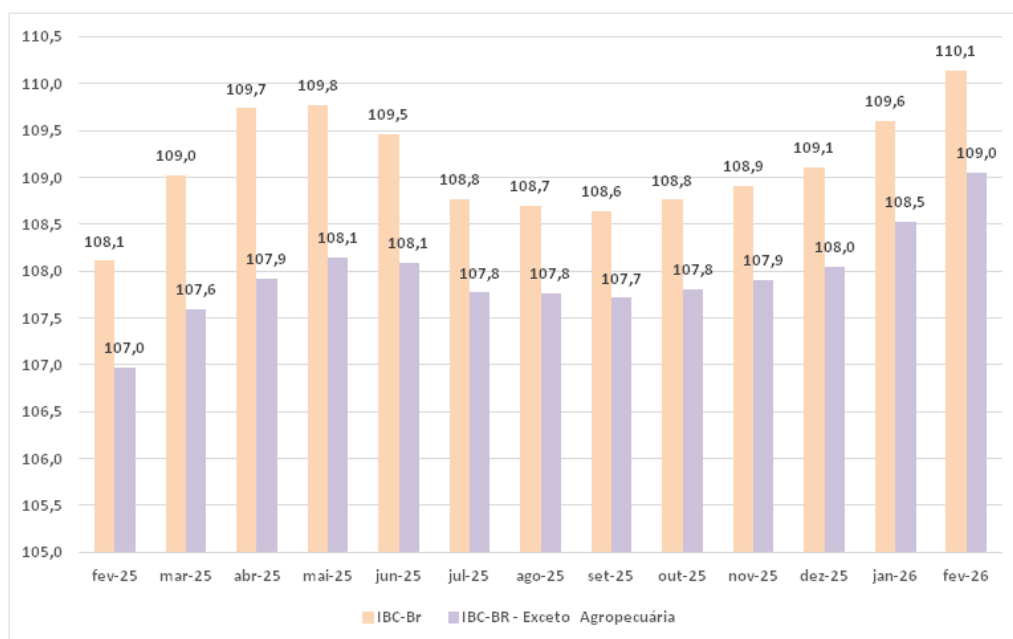
Dados referentes ao mês de  
***Fevereiro de 2026***

# IBC-Br desacelera e se recupera moderadamente

No período em análise, a média móvel do IBC-Br revela uma trajetória em três momentos: expansão no início do período, desaceleração entre maio e setembro e recuperação gradual a partir de outubro (Gráfico nº 1). O avanço inicial esteve associado sobretudo ao desempenho da agropecuária, que elevou o indicador agregado acima do comportamento dos demais setores. Já os setores não agropecuários apresentaram crescimento mais moderado, sugerindo que a economia avançava, mas com menor intensidade.

A partir de maio, o IBC-Br perdeu dinamismo e passou a registrar variações negativas ou próximas de zero. Essa inflexão foi influenciada pela reversão da agropecuária, mas também pela menor tração da indústria, do comércio e dos serviços. Pelo lado da demanda, os efeitos da política monetária restritiva, o encarecimento do crédito e a cautela dos investimentos empresariais contribuíram para reduzir o ritmo da atividade. A sustentação parcial do mercado de trabalho e da renda evitou uma contração mais intensa, mas não impediu a desaceleração.

**Gráfico nº 1 - Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) - com ajuste sazonal - média móvel de 3 meses - fev/25 a fev/26**



Fonte: IBGE

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Pesquisa - IEL/AL

O canal financeiro das famílias também impactou a atividade econômica. O comprometimento da renda com o serviço da dívida subiu de forma contínua, passando de 27,55% em fevereiro de 2025 para 29,44% em fevereiro de 2026. Ao mesmo tempo, o endividamento das famílias em relação à renda acumulada em doze meses aumentou de 48,56% para 49,79%<sup>1</sup>. Esse movimento indica que uma parcela crescente da renda familiar foi destinada ao pagamento de dívidas, reduzindo o espaço para consumo corrente, especialmente de bens duráveis e serviços financiados.

Essa pressão financeira ajuda a explicar a perda de fôlego da demanda interna no meio de 2025. Mesmo com alguma resiliência da massa de rendimentos, o aumento do serviço da dívida tende a limitar a capacidade de expansão do consumo, sobretudo em um contexto de juros elevados e crédito mais seletivo. Assim, a desaceleração do IBC-Br não decorre apenas de choques setoriais de oferta, mas também de restrições financeiras que afetaram o comportamento das famílias e a transmissão da política monetária para a atividade econômica.

Contudo, a partir de outubro de 2025, a recuperação do IBC-Br parece resultar da combinação entre normalização parcial da oferta agropecuária e recomposição gradual da atividade urbana, ainda que sob restrições financeiras

das famílias. Pelo lado da oferta, a agropecuária voltou a registrar contribuições positivas depois das quedas observadas entre maio e setembro. Esse movimento reduziu o efeito negativo que vinha pressionando o indicador agregado e ajudou a recompor a produção, sobretudo em atividades vinculadas ao ciclo agropecuário e às suas cadeias associadas.

Somado a isso, os setores não agropecuários passaram a mostrar melhora mais consistente. O IBC-Br excluindo agropecuária avançou de forma contínua entre outubro de 2025 e fevereiro de 2026, indicando recuperação de atividades urbanas, como comércio, serviços e segmentos industriais. Isso sugere que a retomada não foi explicada apenas pela agropecuária, mas também pela recomposição de setores mais ligados ao mercado interno.

Adicionalmente, a recuperação pode ser associada à manutenção da renda e do emprego, que sustentou parte do consumo das famílias, mesmo em contexto de maior comprometimento da renda com dívidas. A melhora do indicador sem agropecuária sugere que houve alguma recomposição da demanda por bens e serviços, ainda que limitada por juros elevados, crédito mais caro e endividamento crescente.

[1] SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais do BCB

Outro fator relevante foi a provável recomposição de estoques e de decisões produtivas após a desaceleração do meio do ano. Quando a atividade passa por meses de fraqueza, empresas podem retomar produção e vendas diante de sinais de estabilização da demanda. Esse efeito tende a aparecer primeiro em setores urbanos mais sensíveis ao ciclo, como comércio, transporte, serviços às empresas e alguns segmentos industriais.

Portanto, a recuperação a partir de outubro decorreu de dois movimentos complementares: do lado da oferta, a agropecuária deixou de ser um vetor negativo e os setores urbanos ganharam tração; do lado da demanda, a renda e o emprego sustentaram o consumo, enquanto a estabilização das expectativas e a recomposição de estoques favoreceram alguma retomada da produção. Ainda assim, essa recuperação deve ser interpretada com cautela, pois o aumento do endividamento e do serviço da dívida das famílias restringiu a capacidade de aceleração da demanda interna.

## Mercado espera IPCA *próximo a 5% em 2026*

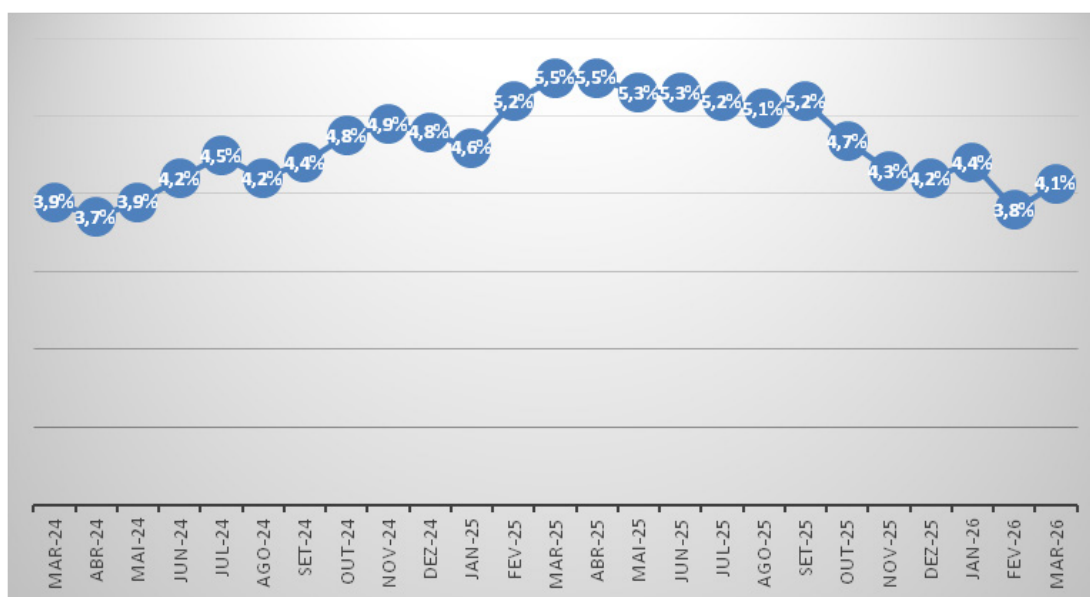
A elevação da expectativa de inflação para 2026 – de 4,31% há quatro semanas para 4,80% há uma semana e 4,86% atualmente – altera de forma relevante a leitura do balanço de riscos para a reunião do Copom que começa em 28 de abril de 2026. O movimento representa uma piora rápida de 0,55 p.p. em quatro semanas e coloca a inflação esperada para 2026 acima do limite superior do intervalo de tolerância da meta, de 4,5%.

Por sua vez, se a elevação de 4,31% para 4,86% decorre principalmente do choque do petróleo associado ao conflito no Oriente Médio, então a deterioração das expectativas não deve ser lida apenas como aumento da demanda doméstica ou perda generalizada de credibilidade da política monetária. Trata-se, em grande medida, de um choque de oferta externo, transmitido por energia, combustíveis, fretes, commodities e, eventualmente, câmbio. Nesse caso, a política monetária tem baixa capacidade de neutralizar diretamente a origem do choque, pois juros mais altos não reduzem o preço internacional do petróleo nem resolvem a incerteza geopolítica.

Isso não significa, contudo, que o Copom deva ignorar a piora das expectativas. O ponto relevante é distinguir entre efeitos primários e efeitos secundários. Os efeitos primários do petróleo sobre combustíveis, energia e custos logísticos tendem a estar fora do alcance direto da Selic. Já os efeitos secundários – repasses para preços de serviços, reajustes salariais e expectativas de médio prazo – podem ser influenciados pela política monetária e pela comunicação do Banco Central. Assim, uma calibragem conservadora tem pouca eficácia sobre o choque inicial, mas pode ser usada para evitar que ele se propague de forma persistente para o núcleo da inflação e para as expectativas.

Essa distinção reduz a força do argumento em favor de uma resposta monetária excessivamente dura. Diante de uma atividade já em moderação, de efeitos defasados da política monetária restritiva e de um câmbio apreciado abaixo de R\$ 5,00/US\$, uma postura demasiadamente conservadora poderia impor custo adicional à atividade com baixo ganho desinflacionário imediato. Esse ponto é particularmente relevante: responder a choques de custos externos com aperto monetário excessivo pode agravar a desaceleração sem resolver a causa da inflação, sobretudo quando a pressão vem de energia e preços internacionais.

Portanto, a implicação para a reunião do Copom de 28/04/26 é uma calibragem cautelosa, mas não mecanicamente contracionista. O aumento das expectativas recomenda prudência e comunicação firme, mas, se a principal fonte da revisão é o petróleo, há justificativa para manter cortes moderados de 0,25 p.p. A política monetária deve permanecer restritiva para conter efeitos secundários, mas reconhecer que o tratamento adequado de um choque geopolítico de petróleo exige evitar reação excessiva: a Selic deve ser calibrada para preservar a ancoragem das expectativas, não para compensar integralmente um choque externo de oferta.

**Gráfico nº 2 -- IPCA (acumulado 12 meses) - fevereiro/24 a fevereiro/26**


Fonte: IBGE

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial,  
Inovação e Pesquisa - IEL/AL

## A produção industrial brasileira *Em janeiro de 2026*

A indústria brasileira apresentava, em março de 2026, um quadro ainda frágil, apesar da recuperação parcial observada no início do ano. Após crescer 1,8% em janeiro e 0,9% em fevereiro, já descontados os efeitos sazonais, a produção industrial perdeu dinamismo e voltou a mostrar desempenho negativo na comparação interanual, com queda de 0,7% em fevereiro e recuo acumulado de 0,2% em janeiro-fevereiro. Esse comportamento sugere que a recuperação era insuficiente para compensar a trajetória desfavorável de 2025. Em março, os indicadores de confiança permaneceram em zona de pessimismo, enquanto estoques acima do planejado em mais da metade dos ramos industriais reforçavam a fraqueza da demanda. Os segmentos mais sensíveis aos juros elevados foram os mais afetados, sobretudo bens de capital, com queda de 12,5%, e bens de consumo duráveis, com retração de

6,8%. Também houve forte recuo em têxteis, calçados e vestuário, refletindo a desaceleração do consumo das famílias em contexto de endividamento elevado e crédito caro. Assim, o desempenho industrial em março de 2026 combinava sinais pontuais de recuperação com um ambiente predominante de baixo dinamismo, juros restritivos, demanda enfraquecida e riscos adicionais associados à desorganização logística e à pressão sobre petróleo e derivados decorrentes da guerra no Irã.<sup>2</sup>

**Tabela nº 1 - Variação da Produção Industrial - Fevereiro 2026 (%)**

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	0,9	-0,7	-0,2	0,3
Bens de capital	2,3	-13,5	-12,5	-4,7
Bens intermediários	1,1	1,1	1,1	1,7
Bens de consumo	0,9	-1,8	-0,8	-1,6
Bens de consumo duráveis	0,9	-9,3	-6,8	-1,0
Semiduráveis e não duráveis	0,7	-0,3	0,4	-1,8
Extrativa Mineral	1,1	10,2	11,1	7,4
Transformação	1,0	-2,6	-2,2	-0,9

Fonte: IBGE

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Pesquisa - IEL/AL

[2] IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

**Tabela nº 2 - Índices de preços**

Índice de Preço (%)	2025										2026		
	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR
IGP-DI	-0,50	0,30	-0,85	-1,80	-0,07	0,20	0,36	-0,03	0,01	0,10	0,20	-0,84	1,14
INCC-DI	0,39	0,52	0,58	0,69	0,91	0,52	0,17	0,30	0,27	0,21	0,72	0,28	0,54
IGP-M	-0,34	0,24	-0,49	-1,67	-0,77	0,36	0,42	-0,36	0,27	-0,01	0,41	-0,73	0,52
IPC-M	0,80	0,46	0,37	0,22	0,27	-0,07	0,25	0,16	0,25	0,24	0,51	0,30	0,30
IPA-M	-0,73	0,13	-0,82	-2,53	-1,29	0,43	0,49	-0,59	0,27	-0,12	0,34	-1,18	0,61
INCC-M	0,38	0,59	0,26	0,96	0,91	0,70	0,21	0,21	0,28	0,21	0,63	0,34	0,36
IPC-FIPE	0,62	0,45	0,27	-0,08	0,28	0,04	0,65	0,27	0,20	0,32	0,21	0,25	0,59
INPC	0,51	0,48	0,35	0,23	0,21	-0,21	0,52	0,03	0,03	0,21	0,39	0,56	0,91
IPCA	0,56	0,43	0,26	0,24	0,26	-0,11	0,48	0,09	0,18	0,33	0,33	0,70	0,88

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Pesquisa - IEL/AL

Fontes: Ipeadata e Bacen

**Tabela nº 3 - Indicadores de Confiança I**

	Indicadores de Confiança I		
	Indicadores do Cenário Externo		
	Taxa de Juros Títulos do Tesouro Americano 10 anos	Preço do Petróleo (Brent) em US\$	Ouro - Nova York (Fixing) em US\$
mar/25	4,46	62,45	3.265,00
abr/25	4,53	64,41	3.287,00
mai/25	4,28	65,62	3.355,00
jun/25	4,37	68,61	3.400,00
jul/25	4,24	65,60	3.392,00
ago/25	4,07	66,86	3.711,00
set/25	3,99	61,81	4.351,00
out/25	4,08	63,64	4.052,00
nov/25	4,13	59,43	4.417,00
dez/25	4,22	65,60	4.786,00
jan/26	4,04	72,46	5.063,00
fev/26	4,18	101,73	4.992,00
mar/26	4,31	102,57	4.581,00

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Pesquisa - IEL/AL

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB)/FED

**Tabela nº 4 - Indicadores de Confiança II**

Meses	Indicadores de Confiança II						
	Taxa de Câmbio Fim de Período R\$/US\$ - Vendas	Swap de 1 ano	Inflação esperada nos próximos 12 meses Mediana	Taxa de Juros	IPCA nos últimos doze Meses	Taxa de Juros Selic (% a.a)	Taxa Real Esperada Selic (a.a)
				Real Ex-Ant			
mar/25	5,74	15,09	5,00	9,61	5,48	14,15	8,22
abr/25	5,66	14,48	4,90	9,13	5,53	14,15	8,17
mai/25	5,71	14,64	4,88	9,31	5,32	14,65	8,86
jun/25	5,46	14,69	5,10	9,12	5,35	14,90	9,07
jul/25	5,60	14,76	4,31	10,02	5,23	14,90	9,19
ago/25	5,43	14,36	4,18	9,77	5,13	14,90	9,29
set/25	5,32	14,34	4,44	9,48	5,17	14,90	9,25
out/25	5,38	14,09	4,09	9,61	4,68	14,90	9,76
nov/25	5,33	13,75	4,00	9,38	4,46	14,90	9,99
dez/25	5,50	14,90	4,00	10,48	4,26	14,90	10,21
jan/26	5,23	13,75	3,90	9,48	4,44	14,90	10,02
fev/26	5,15	13,25	4,00	8,89	3,81	14,90	10,68
mar/26	5,22	14,13	4,09	9,65	4,14	14,65	10,09

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Pesquisa - IEL/AL

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

**ELABORAÇÃO  
DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL, INOVAÇÃO E  
PESQUISA - FIEA/IEL**

**GERENTE**  
ELIANA MARIA DE OLIVEIRA SÁ

**ESTAGIÁRIOS**  
JULIAN PEDRO MOISÉS DA SILVA  
KARINE FERREIRA DOS SANTOS  
MARIA LUIZA LEAL DA SILVA  
MURILO BARROS MOREIRA BAHIA

**ANALISTA**  
MORGANA MARIA MACHADO MOURA  
**CONSULTORA**  
DÉBORA JUSTINO DOS SANTOS  
**AUTOR**  
REYNALDO RUBEM FERREIRA JÚNIOR  
**DIAGRAMAÇÃO**  
EMILLY KAROLLINY CARDOZO DA FONSECA

**INSTITUTO EUVALDO LODI -  
IEL**

**DIRETOR REGIONAL**  
JOSÉ CARLOS LYRA DE ANDRADE

**SUPERINTENDENTE**  
HELVIO BRAGA VILAS BOAS

**GERENTE DE DESENV. EMPRESARIAL,  
INOVAÇÃO E PESQUISA**  
ELIANA MARIA DE OLIVEIRA SÁ

**FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE  
ALAGOAS - FIEA**

**PRESIDENTE**  
JOSÉ CARLOS LYRA DE ANDRADE

**1º VICE PRESIDENTE**  
JOSÉ DA SILVA NOGUEIRA FILHO

**DIRETOR EXECUTIVO**  
WALTER LUIZ JUCA SÁ

**GERENTE UNITEC**  
HELVIO BRAGA VILAS BOAS